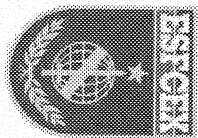


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO



INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

CONCURSO DE ADMISSÃO / 2016 AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR / 2017

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA DIREITO

1. Esta prova é constituída de 70 itens de múltipla escolha distribuídos em 22 páginas numeradas, excluindo esta capa e 01 cartão de respostas. A prova está assin dividida:
 - a. Conhecimentos Gerais (Itens numerados de 01 a 30):
 - Geografia do Brasil, História do Brasil, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol).
 - b. Conhecimentos Específicos (Itens numerados de 31 a 70):
 - Direito.
2. Havendo falta de páginas ou defeitos de impressão, comunique ao aplicador.
3. **IMPORTANTE:** antes de iniciar a solução da prova, preencha o alvéolo correspondente à sua área no cartão de respostas. (opção CF/O/OC)
4. As provas e seus gabaritos serão disponibilizados no sítio da Escola em www.esfex.ensino.eb.br para consulta.
5. Tempo total destinado à realização da prova: **04 (quatro) horas**.
6. Leia os itens com atenção. Você disporá dos **15** primeiros minutos, após o início da prova, para tirar dúvidas relacionadas, **apenas**, à impressão e montagem desta prova.
7. A interpretação dos itens faz parte da resolução. Os aplicadores não responderão a perguntas dessa natureza.
8. A prova é estritamente individual, sendo proibida a consulta a qualquer tipo de documento.
9. Os candidatos somente poderão sair do local de prova depois de transcorridos dois terços do tempo total destinado à realização da prova, ou seja, duas horas e quarenta minutos após o seu início.
10. A partir dos últimos trinta minutos um aplicador, de **10** em **10** minutos, avisará o tempo que falta para o término da prova. O último aviso será dado faltando **01** minuto.
11. Utilize somente **caneta esferográfica de tinta azul ou preta** para assinalar e marcar as suas respostas no cartão de respostas.
12. A correção do cartão de respostas é feita por sistema de leitura ótica. Portanto, é de fundamental importância o correto preenchimento de todos os campos do cartão de respostas, sendo o mesmo de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato.
13. Ao terminar a prova levante o braço e aguarde, sentado, até que o fiscal de sala venha recolher o seu cartão de respostas e a sua prova. **Retire-se em silêncio**, após ser atendido pelo oficial aplicador.
14. **Observação:** o caderno de questões e as folhas de rascunho somente poderão ser levadas pelo candidato após o término do tempo total da prova.

BOA PROVA!!!





**PROVA DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS**

DIREITO

31. O Major John, do Exército, oficial com 20 anos de serviço ativo, foi condenado pelo Conselho Especial de Justiça da Auditoria da 6ª CIM a 3 (três) anos de reclusão, em sentença datada de 15 de março de 2016, por crime de estelionato praticado em 15 de Março de 2015. Não recorreu, e nem o fez o Ministério Público Militar, e a sentença transitou em julgado em 23 de abril de 2016.
- Sobre o caso acima, marque a alternativa correta.
- (A) A mencionada sentença que condenou o **Major John** pode determinar a perda do posto e da patente pelo oficial, perda que se efetiva com o trânsito em julgado em 23 de abril de 2016.
- (B) Com tal condenação, o **Major John** estará sujeito à declaração de indignidade para o oficialato, pelo Superior Tribunal Militar.
- (C) A mencionada sentença que condenou o Major John pode conter a previsão de conversão da pena de reclusão do oficial, em pena de prisão.
- (D) Segundo o disposto no Código Penal Militar, o **Major John** poderá iniciar seu cumprimento de pena em regime aberto, caso não seja reincidente, o que deve constar da mencionada sentença.
- (E) A mencionada sentença que condenou o **Major John** pode conceder-lhe a suspensão condicional da pena.
32. Marque a alternativa correta:
- (A) Uma conduta só pode ser considerada crime militar se prevista na parte especial do Código Penal Militar.
- (B) Segundo o positivado em lei, não há, na Justiça Militar da União, exceção à competência originária do STM para processo e julgamento de oficiais-generais.
- (C) O Juiz-auditor (e juiz-auditor substituto) da Justiça Militar da União é competente, em todos os casos concretos, para decidir, monocraticamente sobre arquivamento de inquérito e instauração de processo.
- (D) Existe caso em que o prazo legal para o Inquérito Penal Militar é de 5 (cinco) dias improrrogáveis.
- (E) Na Justiça Militar da União há hipóteses de instrução criminal e julgamento pelo Juiz-Auditor monocraticamente.
33. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- () Segundo positivado em lei, é vedada a aplicação do Código de Processo Penal Militar fora do Brasil em tempo de paz.
- () Havendo indício de crime militar em um dano ao patrimônio sob administração militar ocorrido em sua organização militar, o Coronel John, do Exército, comandante, poderia, dentre os oficiais de sua organização militar, designar o Tenente John como encarregado do Inquérito Policial Militar, mas não poderia designar o Aspirante a Oficial Paul.
- () É ato discricionário do Comandante de uma Organização Militar (OM) do Exército a instauração de um IPM sobre fato ocorrido em sua OM, quando requisitado pelo Ministério Público Militar.

- (A) F – V – F
(B) V – V – F
(C) V – V – V
(D) V – F – F
(E) F – V – V

Visto:



34. Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () No julgamento do **Tenente Ringo**, por crime de violência contra inferior, a defesa levanta uma questão de direito estritamente técnica como preliminar. O MPM manifesta-se contrariamente ao que requer a defesa. É o Juiz-auditor (ou juiz-auditor substituto), o juiz-fogado, que deve decidir a questão, nos termos da legislação em vigor.
- () O **Capitão Star**, encarregado de um IPM sobre crime que causou grande prejuízo à administração militar requereu o arresto dos bens do indiciado. O pedido não pode ser deferido vez que o arresto só é cabível no decorrer do processo.
- () O **Capitão Lennon** é juiz militar do Conselho Permanente de Justiça para o Exército deste trimestre. Pode ser, no entanto, recusado no processo por crime de abandono de posto do **Soldado Paul**, vez que o **Capitão Lennon** é suspeito porque sua esposa, **Tenente Yoko**, foi a presidente do auto de prisão em flagrante por tal crime.

- (A) F – V – F
(B) V – F – V
(C) F – F – F
(D) F – F – V
(E) F – V – V

Os itens 35 e 36 devem ser respondidos com base no texto abaixo.

O **Soldado Lennon**, recruta do Exército, nascido em 4 de abril de 1998, sequestra, no quartel em que servem, o **Soldado Ringo**, outro recruta com quem serve, em 16 de março de 2016, a fim de assustar o **Ringo** que namora a ex-namorada de **Lennon**, **Yoko**, de quem **Lennon** tem muito ciúme. **Lennon** continua indo diariamente ao quartel e mantém **Ringo** em uma casa de uma cidade praiana do Rio de janeiro até que **Ringo** consegue fugir às 8:00h de 8 de abril de 2016 e faz contato com o quartel que prende **Lennon** em uma festinha na praçinha da cidade, só com a roupa do corpo, ainda em 8 de abril de 2016, às 22:34h antes que **Lennon** percebesse a fuga, cumprindo mandado de prisão expedido pela 1ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. **Ringo** não sofreu qualquer lesão nem sofreu violência física enquanto esteve preso. Foi instaurado IPM para apurar todas as circunstâncias do crime.

35. Com base no texto ao lado, e considerando que a conduta, em tese, se amolde a hipótese de crime militar, marque a alternativa correta.

- (A) O **Soldado Lennon** não poderá ser denunciado em razão da menoridade penal, pois seqüestrou **Ringo** em 16 de Março de 2016.
- (B) O **Soldado Lennon** poderá ser denunciado, sendo que a prescrição começa a contar em 16 de Março de 2016.
- (C) O **Soldado Lennon** poderá ser denunciado, sendo que a prescrição começa a contar em 8 de Abril de 2016.
- (D) Não era necessário o mandado de prisão, vez que **Lennon** ainda estava em flagrante delicto.
- (E) O **Soldado Lennon** poderá ser denunciado, sendo que a prescrição começa a contar em 4 de Abril de 2016, data de seu aniversário de 18 anos.

36. Com base, também, no texto ao lado, marque a alternativa correta.

- (A) Em 24 de março de 2016, a organização militar deveria lavrar o Termo de deserção do **Soldado Ringo**.
- (B) A ausência de **Ringo** pode ser classificada como decorrente de coação moral irresistível pois, diante dos fatos, ainda que o Código Penal Militar não admita em crimes contra o dever militar pode haver uma flexibilização em razão do contexto dos fatos. Exclui-se, assim, a culpabilidade.
- (C) A organização militar onde serve **Ringo** não deveria lavrar o termo de deserção sem apurar o que acontecera com o militar.
- (D) A ausência de **Ringo** pode ser classificada como decorrente de coação física irresistível e, assim, afasta-se a própria conduta.
- (E) Se foi instaurado processo de deserção, antes de **Ringo** fugir, o processo pode ser aditado para incluir o **Soldado Lennon**, que poderá ser condenado nesse processo pelo seqüestro do **Soldado Ringo**.



37. Analise as afirmativas abaixo acerca de causas de exclusão de ilicitude, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa e, em seguida, assinale a alternativa com a seqüência correta.

- () O **Tenente Ringo** reage a uma agressão do **Sargento Pepper**, que tinha em suas mãos uma barra de ferro, desferindo um soco que causa lesão corporal leve e afasta a agressão. O Sargento é esquizofrênico e já foi dado como inimputável em incidente de insanidade mental de processo a que responde com réu. Afasta-se, assim, a antijuridicidade da conduta de **Ringo**, não por legítima defesa, vez que não há legítima defesa contra inimputável, mas estado de necessidade justificante.

- () Se, no caso acima o **Tenente Ringo**, em vez de parar ao afastar a agressão, prosseguisse batendo no **Sargento Pepper** por mera maldade e este reagisse batendo com a barra de ferro no oficial por uma vez e interrompendo a agressão, teríamos uma hipótese de legítima defesa sucessiva, vez que nenhuma vedação há em se admitir a legítima defesa por inimputável.

- () O **Sgt Lennon**, percebendo haver densa fumaça na reserva de armamento da 1ª Companhia de Infantaria de um batalhão do Exército, localizada em um grande pavilhão em que há alojamentos de pessoal e reservas de material saca sua arma e desfere vários tiros danificando os cadeados da porta da reserva e, ainda destruiu a porta com uma barra de ferro a fim de ingressar no ambiente e, com um extintor de incêndio, apagar o fogo ainda no início. A conduta de Lennon, que se amolda à descrição típica de dano doloso, está amparada pelo estado de necessidade justificante.

- (A) F - V - V
(B) F - F - V
(C) F - F - F
(D) V - V - F
(E) V - V - V

38. O **Cabo John**, do Exército, nasceu em 21 de abril de 1989. Cometeu crime de violência contra superior em 2 de fevereiro de 2010. A denúncia contra ele foi recebida em 13 de Março de 2011. Em 15 de outubro de 2011, foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça a 6 meses de detenção. A pena do crime de violência contra superior é de detenção, de 3 meses a dois anos.

Com base no relato acima, escolha a alternativa correta nos termos positivados em Lei.

- (A) Após o julgamento, se a defesa requerer ao juiz-auditor que seja reconhecida a prescrição pela pena em concreto, alegando que John era menor de 21 anos e decorreu mais de um ano entre o fato criminoso e o recebimento da denúncia, ele deve reconhecer a extinção de punibilidade pela prescrição.

- (B) Após o julgamento, se a defesa requerer ao Conselho Permanente de Justiça que seja reconhecida a prescrição pela pena em concreto, alegando que John era menor de 21 anos e decorreu mais de um ano entre o fato criminoso e o recebimento da denúncia, o Conselho deve reconhecer a extinção de punibilidade pela prescrição.

- (C) Ao recorrer da condenação, a defesa poderá alegar a prescrição pela pena em concreto, argumentando que John era menor de 21 anos e decorreu mais de um ano entre o fato criminoso e o recebimento da denúncia, e deve ser reconhecida a extinção de punibilidade pela prescrição, se não houver recurso do Ministério Público Militar.

- (D) Ao recorrer da condenação, a defesa poderá alegar a prescrição pela pena em concreto, argumentando que John era menor de 21 anos e decorreu mais de um ano entre o fato criminoso e o recebimento da denúncia, e deve ser reconhecida a extinção de punibilidade pela prescrição, ainda que haja recurso do Ministério Público Militar, se improvido o recurso deste.

- (E) Não há que se falar em prescrição no caso relatado.

Visto:

**O item 39 deve ser respondido com base no texto abaixo.**

Na iminência de um ataque do país vizinho X que vinha concentrando forças militares, armamento e aviões junto à fronteira com o Brasil, o Comandante Militar da Amazônia, **General de Exército George**, determina um deslocamento de parte das tropas de seu comando para locais, em território brasileiro, ao longo da fronteira. Percebendo uma intensificação das comunicações por meio rádio, e interpretando isso como iminência de um ataque ao Brasil, posiciona a outra parte das tropas também em território nacional, mas concentradas em local próximo a uma brecha no dispositivo estrangeiro que permitiria, se necessário, um ataque relâmpago com rápida chegada à capital do país X, determinando a todos os comandantes subordinados, de todos os níveis, que só ingressassem em território estrangeiro mediante ordem expressa. O **General de Brigada Paul**, comandante de uma brigada subordinada ao **General George**, posicionada em um dos locais ao longo da fronteira, ao perceber que a artilharia do País X posicionava canhões na direção do território nacional decide não aguardar ordens e determina o disparo de canhões contra a artilharia do país X. Tal ato faz com que o país X manobre, entrando em território nacional e levando o Brasil à guerra com o país X. Logo no início da guerra, fica evidente que o **General George** acertara em sua estratégia e o Brasil leva uma semana para ocupar, com suas tropas, a capital do país X, o que ocorre em 12 de junho de 2016.

39. Sobre o caso relatado ao lado, analise as proposições abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa e, em seguida, assinale a alternativa com a seqüência correta.

- () O **General Paul** praticou o crime militar em tempo de guerra denominado Hostilidade contra país estrangeiro, mas só poderá haver Ação penal contra ele se houver requisição do Ministério da Defesa ao Ministério Público Militar.
- () Se um grupo de civis forma, a partir de 13 de junho de 2016, uma quadrilha na capital do país X, visando a praticar crimes de estelionato contra comerciantes locais, e passando a praticá-los com planejamento e logística coordenados, atuando, no entanto, sem prejuízo econômico para a administração militar brasileira nem para qualquer militar, pratica crime militar de formação de quadrilha e crimes militares de estelionato.
- () Se o **Soldado Ringo**, cansado da guerra, ausenta-se de seu local de acantonamento na capital do país X, deixando de comparecer à formatura matinal do dia 24 de junho de 2016, e não mais retornando, passa à condição de desertor à 00:00h do dia 3 de julho de 2016.

- (A) V – V – V
(B) V – V – F
(C) F – V – F
(D) F – V – V
(E) F – F – F



40. Analise as proposições abaixo que versam sobre situações com militares estaduais e/ou distritais, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa e, em seguida, assinale a alternativa com a seqüência correta.

Evitando falar em greve ou operação padrão, para evitar possíveis críticas e certas seqüências, uma parte dos policiais militares de um dos estados do Brasil, decidem evitar a maior parte das missões ordenadas, alegando pneus carecas e outros problemas em viaturas, problemas que, de fato, existem. Outra parte dos policiais, desarmada, decide ocupar a assembleia legislativa e ficam lá desde o dia 10 de abril de 2016 até o dia 23 de abril de 2016, quando a associação dos policiais fecha um acordo com o Governador para atender parcialmente as reivindicações e não enquadrar penalmente nem por transgressões disciplinares os policiais que participaram de quaisquer aspectos do movimento paradedista.

() Independente de qualquer acordo com o governador e de quaisquer outros crimes, os policiais que ocuparam a assembleia não podem ser processados pelo crime de deserção, pois estavam no exercício regular do direito de greve.

() Instaurados Inquéritos Policiais Militares (IPM) para apurarem condutas ocorridas durante a greve, um dos IPM comprovou que realmente, os veículos estavam com pneus carecas e outros problemas, em todos os casos alegados, o que impede sua saída de acordo com os regulamentos militares estaduais. Mas também constatou que tal conduta dos policiais, de evitar a saída por tais problemas, foi decidida em reunião feita com a finalidade de buscar formas de, com base em normas existentes, evitar atividades policiais, o que gera resultados semelhantes aos de uma greve. Neste caso, porém, não fica caracterizado qualquer crime militar, uma vez que a alegação dos policiais se baseia em fato real que impede a saída de viaturas nos termos dos regulamentos militares.

() Durante a ocupação da assembleia legislativa, membros da diretoria da associação dos policiais usavam um carro de som, no gramado em frente à assembleia, incitando publicamente os policiais a permanecerem ali por tanto tempo quanto fosse necessário e independentemente de ordens que recebessem. Por tal conduta, os membros da associação podem ser denunciados pelo crime de Incitamento previsto no CPM.

- (A) F – V – V
 (B) F – F – V
 (C) F – V – F
 (D) V – V – F
 (E) F – F – F

41. Considerando o texto abaixo, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

“A potestade revocatória independe da ilegalidade do ato administrativo, sendo exercida em relação aos atos válidos. Pontue-se que é também um dos aspectos da autotutela, pois independe de qualquer outro Poder Constituído para o seu exercício.” (COUTO, Renaldo. Curso de Direito Administrativo. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 258).

I. A não homologação pelo Tribunal de Contas da União de aposentadoria de servidor público federal, na forma do inciso III do artigo 71 da CF/88, ensejará a utilização da potestade revocatória da Administração Pública.

II. O artigo 54 da Lei n. 9.784/99, ao afirmar que “o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”, trata da potestade revocatória.

III. A potestade revocatória da Administração Pública envolve juízo de conveniência e oportunidade.

- (A) Somente I está correta.
 (B) Somente I e II estão corretas.
 (C) Somente I e III estão corretas.
 (D) I, II, e III estão corretas.
 (E) Somente III está correta.



42. Considerando o texto abaixo, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.
- “O processo administrativo é uma série de atos concatenados, praticados extrajudicialmente pelas partes, em contraposição, tendentes a um ato administrativo final dependente dos anteriores.” (COUTO, Reinaldo. Curso de Direito Administrativo. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 641).
- I. A licitação pode ser considerada um processo administrativo.
 - II. O concurso público de provas ou de provas e títulos pode ser considerado um processo administrativo.
 - III. O instrumento usado para punir administrativamente um servidor público federal efetivo não poder ser classificado como processo administrativo.
- (A) I, II, e III estão corretas.
 - (B) I, II, e III estão incorretas.
 - (C) Somente I e III estão corretas.
 - (D) Somente I e II estão corretas.
 - (E) Somente II está correta.
43. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.
- “De acordo com a teoria do risco administrativo, a Administração Pública fica compelida a indenizar o particular pelos danos causados, desde que provada a conduta comissiva, o nexo de causalidade e o resultado, salvo se a culpa for exclusivamente da vítima; houver caso fortuito ou força maior.” (COUTO, Reinaldo. Curso de Direito Administrativo. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 518).
- (A) A CF/88 nada dispõe sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado.
 - (B) A responsabilidade civil extracontratual do Estado por ato comissivo é, segundo a jurisprudência, subjetiva.
 - (C) A responsabilidade civil extracontratual do Estado independe da existência de nexo causal.
 - (D) Lei ordinária não pode alterar a natureza objetiva da responsabilidade civil extracontratual do Estado.
 - (E) A responsabilidade civil extracontratual do Estado é objetiva, mas lei ordinária pode torná-la subjetiva.
44. Considerando o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional tem competência para julgar certos tipos de crimes. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Crime de genocídio.
 - II. Crimes contra a humanidade.
 - III. Crimes de guerra.
 - IV. Crime de agressão.
 - V. Crime de abuso de autoridade.
- (A) I, II, III, IV e V estão corretas.
 - (B) Somente I, II, III e IV estão corretas.
 - (C) Somente I, II, III e V estão corretas.
 - (D) Somente I está correta.
 - (E) Somente II, III, IV e V estão corretas.
45. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, levando em conta que o Estatuto de Roma considera "genocídio" atos praticados com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal pode ser listado(a):
- (A) extermínio.
 - (B) escravidão.
 - (C) deportação ou transferência forçada de uma população.
 - (D) prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional.
 - (E) transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.
46. Analise e assinale a alternativa correta, é tributo da União quando incidir sobre:
- (A) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direito.
 - (B) propriedade de veículos automotores.
 - (C) propriedade predial e territorial urbana.
 - (D) importação de produtos estrangeiros.
 - (E) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.



47. Considerando o Código Tributário Nacional, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
 - II. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
 - III. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
 - IV. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
- (A) Somente I e IV estão corretas.
(B) I, II, III e IV estão corretas.
(C) Somente I, II e IV estão corretas.
(D) Somente IV está correta.
(E) Somente I e III estão corretas.
48. Considerando que não há crime quando o agente pratica determinado fato, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Em estado de necessidade.
 - II. Em legítima defesa.
 - III. Em estado de embriaguez voluntária.
- (A) Somente III está correta.
(B) Somente I e II estão corretas.
(C) Somente I está correta.
(D) Somente II está correta.
(E) I, II e III estão corretas.
49. Considerando a temática crime, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
 - II. Tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
 - III. Impossível, quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta imprópriedade do objeto, for impossível consumar-se o crime.
- (A) Somente III está correta.
(B) Somente I e III estão corretas.
(C) Somente I está correta.
(D) Somente II está correta.
(E) I, II e III estão corretas.
50. Com base no Código Penal, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
 - II. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.
 - III. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (A) Somente III está correta.
(B) I, II e III estão corretas.
(C) Somente I está correta.
(D) Somente II está correta.
(E) Somente I e III estão corretas.



51. Analise as alternativas abaixo e assinale a que está em **DESACORDO** com o CPP. Nos casos em que Somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando?
- (A) Quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
 - (B) Quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36 do CPP.
 - (C) Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
 - (D) Quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.
 - (E) Quando o querelante casar-se com a vítima.
52. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, considerando que não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato. Dessa forma, impedir-se-á igualmente a propositura da ação civil.
- I. O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.
 - II. A decisão que julgar extinta a punibilidade.
 - III. A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
- (A) Somente I está correta.
 - (B) Somente III está correta.
 - (C) Somente II está correta.
 - (D) I, II e III estão incorretas.
 - (E) I, II e III estão corretas.
53. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, com base nos conflitos armados.
- I. Em todo conflito armado, o direito das Partes em conflito a escolha dos métodos ou meios de combate não é ilimitado.
 - II. É proibido o emprego de armas, projéteis, materiais e métodos de combate de tal índole que causem males supérfluos ou sofrimentos desnecessários.
 - III. É proibido o emprego de métodos ou meios de combate que tenham sido concebidos para causar, ou dos quais se podem prever que causem, danos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente natural.
- (A) I, II e III estão corretas.
 - (B) Somente I e III estão corretas.
 - (C) Somente I e II estão corretas.
 - (D) Somente II e III estão corretas.
 - (E) Somente III está correta.
54. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, considerando que são exemplos de perfídia os seguintes atos:
- I. Simular a intenção de negociar sob uma bandeira de armistício ou de rendição.
 - II. Simular incapacidade por ferimentos ou enfermidades.
 - III. Simular a condição de combatente.
 - IV. Simular que possui condição de proteção, pelo uso de sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas ou de Estados neutros ou de outros Estados que não sejam Partes em conflito.
- (A) I, II, III e IV estão corretas.
 - (B) Somente I, II e IV estão corretas.
 - (C) Somente II está correta.
 - (D) Somente I, III e IV estão corretas.
 - (E) Somente I, II e III estão corretas.



55. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- Com base no direito internacional dos conflitos armados, uma pessoa está fora de combate _____
- quando está em poder de uma parte adversa.
 - quando expressa claramente sua intenção de render-se.
 - quando está inconsciente ou de qualquer outra forma incapacitada em virtude de ferimentos ou doença e é, por conseguinte, incapaz de defender-se; e sempre que, em qualquer desses casos, abstém-se de todo ato hostil e não tenta evadir-se.
- (A) I, II e III estão incorretas.
(B) Somente II e III estão corretas.
(C) I, II e III estão corretas.
(D) Somente I e II estão corretas.
(E) Somente I e III estão corretas.
56. Considerando o texto e as afirmativas abaixo, analise e assinale a alternativa correta.
- A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
- Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.
 - Proteção de áreas ameaçadas de degradação.
 - Educação ambiental somente nas escolas de ensino fundamental, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- (A) Somente I está correta.
(B) Somente I e II estão corretas.
(C) Somente I e III estão corretas.
(D) I, II e III estão corretas.
(E) Somente III está correta.
57. Considerando a frase abaixo, analise e assinale a alternativa que está em **DESACORDO** com o Art. 3º da Lei n. 6.938/81.
- “É considerada poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:”
- prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.
 - criem condições adversas às atividades sociais e econômicas.
 - afetem favoravelmente a biota.
 - afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.
 - lançam matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
58. Considerando o texto e as afirmativas abaixo, analise e assinale a alternativa correta.
- José é militar do Exército e em conversa com outro colega afirmou que os integrantes das Forças Armadas brasileiras têm os seguintes direitos trabalhistas:
- Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
 - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
 - Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (A) Somente I e II estão corretas.
(B) Somente I, II e III estão corretas.
(C) Somente III e IV estão corretas.
(D) Somente II está correta.
(E) Somente III está correta.



59. Analise e assinale a alternativa correta sobre os direitos trabalhistas da mulher.
- (A) É permitido exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.
 - (B) Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio.
 - (C) É permitido considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.
 - (D) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, não garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
 - (E) É vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.

61. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.

Em determinado processo trabalhista, o reclamante requereu a produção de prova pericial. O juiz indeferiu o pedido, sob a alegação de que não cabe perícia no âmbito da Justiça Laboral.

- (A) O juiz está correto, posto que no processo do trabalho as alegações devem ser provadas apenas por prova documental e/ou testemunhal.
- (B) O juiz está certo, já que não se fala em prova pericial na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, não sendo possível a aplicação do Código de Processo Civil, subsidiariamente, ao processo trabalhista.
- (C) O juiz está errado, já que há uma disciplina completa sobre a prova pericial na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.
- (D) O juiz está errado, pois na efetivação da prova pericial, apesar do tratamento deficiente constante da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, as lacunas são supridas pela aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.
- (E) O juiz está correto, posto que, no processo trabalhista, a prova é sempre documental e pré-constituída.

60. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.
- O princípio constitucional estipulando que a Seguridade Social deve contemplar todas as contingências sociais que geram necessidade de proteção e acolher todas as pessoas indistintamente é o da _____
- (A) dignidade da pessoa humana.
 - (B) universalidade de cobertura e do atendimento.
 - (C) uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (D) diversidade da base de financiamento.
 - (E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

62. Analise e assinale a alternativa correta sobre a execução no âmbito do processo do trabalho.
- (A) O privilégio do crédito trabalhista permite a penhora de bem pertencente à Fazenda Pública.
 - (B) Sempre é competente para a execução das decisões o Tribunal que julgou o último recurso ajuizado na fase de conhecimento.
 - (C) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
 - (D) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que será efetivada, apenas, por cálculo ou por arbitramento.
 - (E) A Fazenda Pública deve garantir o juízo para poder embargar a execução.



63. Analise e assinale a alternativa correta sobre a tutela de urgência no CPC.
- (A) Prescinde da demonstração da probabilidade do direito, como ocorre com a tutela de evidência.
 - (B) Para a sua concessão, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
 - (C) Sendo de natureza antecipatória, poderá ser concedida mesmo que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
 - (D) Sendo de natureza antecipatória, não poderá ser concedida em caráter antecedente.
 - (E) O beneficiário não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, respondendo, entretanto, pela reparação do dano processual.
64. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.
- João é titular de crédito contra a União decorrente de decisão judicial transitada em julgado. Conforme as normas processuais civis em vigor, João deverá requerer:
- (A) A execução do julgado em autos apartados.
 - (B) O cumprimento da sentença e a penhora de bens da Fazenda Pública federal.
 - (C) O cumprimento da sentença, sendo a Fazenda Pública federal intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
 - (D) A execução do julgado, devendo o contador do juízo apresentar os cálculos.
 - (E) O cumprimento de sentença, não podendo ser executada, desde logo, a parte incontroversa.
65. Analise e assinale a alternativa correta sobre a Fazenda Pública em juízo.
- (A) Os honorários advocatícios, observados outros critérios, serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários mínimos.
 - (B) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença que enseje a expedição de precatório, independentemente de ter sido ou não impugnado.
 - (C) Os atos processuais que praticar serão pagos no momento do requerimento e não ao final pelo vencido.
 - (D) Gozará de prazo em dobro apenas para contestar e para recorrer, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
 - (E) A sua intimação é pessoal e apenas por carga dos autos.
66. Considerando o texto abaixo, assinale a alternativa correta.
- A União resolveu criar uma sociedade de economia mista para concorrer com as grandes redes de supermercado do país, atenta a grande lucratividade obtida pelo setor. Para tanto, obtem do Congresso Nacional a necessária autorização legislativa, lançada em lei específica, e registra os atos constitutivos da sociedade empresarial no registro público de empresas mercantis. Os outros empresários do setor podem alegar:
- (A) que não foram cumpridos os pressupostos de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo na exploração daquela atividade econômica.
 - (B) que a constituição de tal sociedade de economia mista é nula, já que deveria ser criada por lei.
 - (C) que a exploração da área de supermercado somente poderia ser efetivada por empresa pública.
 - (D) que a sociedade empresária estatal deveria ser registrada no registro civil de pessoas jurídicas.
 - (E) que o Estado, por conduto de norma constitucional, não pode intervir neste setor.

67. Analise e assinale a alternativa correta, considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no âmbito da política agrícola, fundiária e da reforma agrária e da política urbana.
- (A) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais por reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de vinte anos.
 - (B) O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, é obrigatório para cidades que tenham mais de vinte mil habitantes.
 - (C) A pequena propriedade rural, que não cumpre a sua função social, sempre pode ser desapropriada.
 - (D) A propriedade produtiva, mesmo cumprindo a sua função social, pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, dada a necessidade de se atender o interesse coletivo.
 - (E) O imóvel público urbano que não atende a sua função social pode ser objeto de usucapião.
68. Analise e assinale a alternativa correta sobre o controle de constitucionalidade na ordem jurídica brasileira.
- (A) A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta contra lei ou ato normativo federal ou estadual.
 - (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação é cabível contra lei editada anteriormente à Constituição e com ela incompatível.
 - (C) A ação direta de inconstitucionalidade é cabível contra lei ou ato normativo federal ou estadual anterior à Constituição e com ela incompatível.
 - (D) Aos juízes de primeiro grau não cabe declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, ainda que incidentalmente no processo, tendo em vista a cláusula de “reserva de plenário” prevista na Constituição Federal.
 - (E) Não cabe o deferimento de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
69. Analise e assinale a alternativa correta que indica as pessoas jurídicas de direito público interno na ordem jurídica brasileira.
- (A) A União, os Estados e os Municípios.
 - (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias.
 - (D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias e as associações públicas.
 - (E) Somente a União e os Estados.
70. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta sobre capacidade e personalidade no Código Civil Brasileiro.
- I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade.
 - II. Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - III. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.
- (A) I, II e III estão corretas.
 - (B) Somente I e III estão corretas.
 - (C) Somente I e II estão corretas.
 - (D) Somente II e III estão corretas.
 - (E) Somente I está correta.